



**ATUALIZAÇÃO | Informe CNAS nº 2/2025,
de acordo com a Resolução CNAS Nº 187/2025**

METODOLOGIA

Atualizado em 09 de abril de 2025 na 337ª Reunião Ordinária do CNAS



14ª Conferência Nacional de Assistência Social

***“20 anos do SUAS:
construção, proteção social e resistência”***



ASPECTOS METODOLÓGICOS DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

1. Regras Gerais para realização da Conferência Municipal de Assistência Social

1. Tempo mínimo para a realização da conferência municipal. Considerando que as conferências são instâncias deliberativas é preciso um tempo mínimo para que elas ocorram. Assim, o CNAS deliberou que para o processo conferencial de 2025, as conferências municipais devem ser realizadas em pelo menos três turnos para debate, além do momento de recepção e credenciamento. Obviamente que municípios que tenham condições e optem por mais turnos, não há impedimento. Por exemplo:

1º dia – manhã – credenciamento; tarde – atividades oficiais da conferência

2º dia – manhã e tarde – atividades oficiais da conferência.

A exceção desta regra é válida somente para os municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II que não consigam realizar a conferência em três turnos. Neste caso, é possível realizar em no mínimo dois turnos, incluindo o credenciamento.

Sugere-se:

Manhã – Credenciamento – atividades de abertura

Tarde – Grupo de trabalho, plenária final com eleição de delegadas/os.

Obs.: As atividades pré-conferência obrigatórias devem ser respeitadas por todos os municípios independentemente de Porte.

Municípios que não cumprirem com essas regras não poderão encaminhar delegadas/os e deliberações para as conferências estaduais e nacional.

É fundamental que seja garantido pelo menos os lanches e transporte para o local da conferência para representantes da sociedade civil, especialmente, para usuárias/os, de modo a viabilizar a participação destes. Deve-se dar atenção especial para o transporte dos representantes que residam em áreas rurais, comunidades tradicionais, Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE), bem como de pessoas com deficiência e seus acompanhantes. Importante ressaltar que os recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF podem ser utilizados com essa finalidade e devidamente justificados.



2. Atividades obrigatórias pré-conferência. É importante que haja um processo de mobilização, de ampla convocação para a participação democrática, que anteceda a conferência e que, durante a sua realização, os espaços de escuta, diálogo e debate sejam oportunizados ao máximo voltados para propor e aprovar deliberações. Os dias para realização da conferência municipal devem ser utilizados da melhor forma possível para amplo debate sobre análise de conjuntura, eixos temáticos, qualificação das propostas de deliberações a serem encaminhadas. Neste sentido, serão obrigatórias as seguintes atividades:

a) Aprovação do Regimento Interno. O debate e aprovação do regimento interno da conferência municipal deve ser feito em dia anterior ao início da conferência, podendo usar meio virtual para consulta pública caso o município disponha destas ferramentas. A aprovação do regimento deve ser feita pelo conselho municipal em uma reunião ampliada e aberta, com o franqueamento da palavra a todos os presentes. Essa medida visa fazer com que não se utilize tanto tempo durante a conferência para realizar o processo de aprovação e já utilizamos essa prática na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social.

b) Momento de conferir. Deve-se realizar uma reunião ampliada do conselho municipal antecedendo a conferência, preferencialmente híbrida, para fazer o momento de “conferir” das deliberações anteriores. É importante que governo e sociedade civil façam um balanço de tudo que foi cumprido ou não, com as devidas justificativas e argumentações. Sugere-se que após a reunião do “conferir” seja sistematizado documento e distribuído durante a conferência para todos os participantes.

3. Atividades sugeridas e não-obrigatórias pré-conferência. Para os municípios que tenham condições é importante investir nos processos de mobilização social que preparem e qualifiquem o debate durante a conferência. Sugere-se que nesse ano sejam realizadas:

a) Conferências Livres Nacionais. Em 2025, o CNAS realizará pela primeira vez este tipo de conferência, visando o aprofundamento de temáticas específicas com encaminhamento de propostas para a conferência nacional, conforme resolução específica a ser publicada, e com a finalidade de aprendizagem. Nessa edição não haverá eleição de delegados. Assim, recomenda-se que os municípios divulguem e promovam a participação de seus representantes nestes espaços.

Lembramos que o CNAS aprovou a **RESOLUÇÃO Nº 188, DE 2 DE ABRIL DE 2025**, que convoca as Conferências Livres Nacionais no âmbito da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social e estabelece diretrizes para sua realização.

b) Realização de audiências públicas nas Câmaras de Vereadores. Recomenda-se que os municípios busquem realizar audiências na Câmara dos Vereadores resgatando a história do SUAS, com ênfase no II Plano Decenal e NOB SUAS. A proposta é criar espaços de escuta das desproteções sociais e das prestações qualificadas, de acolhida de sugestões e propostas de aprimoramento do SUAS. Estes podem gerar documentos com recomendações para a conferência municipal:



4. Solenidade de abertura e mesa de conjuntura. Considerando que estamos na comemoração dos 20 anos do SUAS é fundamental que a abertura das conferências sejam momentos políticos importantes, com ampla representatividade e argumentação nas falas. Sugere-se que caso tenham atividades culturais, que estas sejam diretamente vinculadas a defesa e garantia dos direitos socioassistenciais, evitando apresentações culturais que possam deixar em aberto, possíveis lógicas de ajuda ou assistencialismo.

A mesa de abertura com autoridades deve ter em sua composição, obrigatoriamente, a participação de representantes da sociedade civil, sendo um/a usuária/o, um/a trabalhador/a e uma entidade ou organização da sociedade civil, que devem ser escolhidas por consenso antes da conferência, entre os conselheiros do CMAS ou CAS/DF.

O CNAS enviará a todos os conselhos um vídeo com breve mensagem da presidência e do Secretário Nacional de Assistência Social e do Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Estes poderão ser usados no momento de abertura ou em outros. Caso haja abertura na Conferência, essa deve obrigatoriamente tratar do tema central “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência” e ser realizada por especialista da área que pode ser aca-

dêmico, pesquisador/a, ativista, conselheira/o. Também pode-se optar por um painel com o mesmo tema para análise de conjuntura convidando até três pessoas.



5. Ampliação da participação social e comunicação acessível. Todas as atividades pré-conferência e da conferência devem ser amplamente divulgadas com antecedência necessária para convidar e mobilizar diferentes atores sociais. É importante que incluam além de usuáries/os, trabalhadoras/es, entidades e organizações da sociedade civil, que sejam mobilizados e convidados os movimentos sociais e órgãos públicos que atuam nas pautas de raça, etnia, gênero, pessoas com deficiência, criança e adolescente, pessoas idosas, migração entre outros, para que melhor conheçam o SUAS e mobilizar e acolher demandas recíprocas. Importante que além de divulgações em redes sociais, convites oficiais etc. que o CMAS e CAS/DF busque pautas na mídia local para tratar dos 20 anos do SUAS e do processo conferencial. Recomenda-se ainda que sejam elaborados cartazes e realizadas divulgações específicas pelo CMAS para usuáries/os e trabalhadoras/os das unidades públicas, entidades e organizações da sociedade civil de assistência social.

6. Uso de metodologias e instrumentos participativos e acessíveis. Recomenda-se apresentação com balanço dos avanços dos 20 anos do SUAS no município utilizando ferramentas interativas (mapas, vídeos, depoimentos, gráficos de resultados). Além disso, em todo o processo conferencial é importante inovar, sem perder os objetivos e diretrizes, no sentido de usar metodologias participativas inclusive com recursos lúdicos, audiovisuais e culturais. Deve-se prestar máxima atenção a acessibilidade de todos os instrumentos e metodologias que forem utilizadas, inclusive para pessoas com deficiência, pessoas com baixa escolaridade, pessoas em diferentes faixas etárias.

7. Respeito as cotas para participantes da conferência. Seguindo diretrizes nacionais, neste processo conferencial deve-se garantir pelo menos 30% de cotas, referente ao total de participantes, para participação de pessoas negras, transexuais, pessoas com deficiência, jovens, pessoas idosas, indígenas e migrantes. A divisão deste percentual deve ser explicitada no regimento interno da conferência, com critérios específicos, devendo também valer para a eleição de delegadas/os. As explicações específicas sobre esta regra estarão em informe específico, bem como, deve ser editada resolução do CNAS sobre este tema.



8. Escrita e encaminhamento das propostas de deliberação. Nas últimas conferências, apesar das recomendações, tivemos muitas junções de propostas que acabam criando textos complexos e com baixa possibilidade de execução e monitoramento das deliberações. Assim, recomenda-se evitar propostas que envolvam diferentes temáticas que comprometam a qualidade do monitoramento destas. No sistema de conferências será limitado o número de caracteres e palavras para cada proposta.

2. Proposta de Programação da conferência municipal

A programação deverá ser desenvolvida em pelo menos três turnos, excetuando-se o credenciamento:

1º turno - Solenidade de abertura com composição de mesa com autoridades, podendo ter apresentação cultural e conferência magna ou painel de conjuntura.

2º turno - A partir da realidade de cada município, orienta-se que os participantes sejam subdivididos em Grupos de Trabalho (GT's), de modo que cada grupo discuta um dos 5 Eixos. Deve-se assegurar que todos os Eixos sejam discutidos por, pelo menos, 1 Grupo de Trabalho com proporcionalidade de representação de todos os segmentos da sociedade civil e governo.

O CNAS enviará previamente vídeos e podcasts tratando de cada um dos eixos, para que durante o processo conferencial se avance no debate.

Os GTs devem ter moderadores e relatores experientes nestas funções e com conhecimento sobre o SUAS.

Grupos de Trabalho:

Após a definição das propostas de deliberação, construídas pelos Grupos de Trabalho, estas serão apreciadas e votadas pelos delegados, na Plenária Final, visando a definição das deliberações finais que serão encaminhadas para a sistematização posterior pelo ente estadual.

O quantitativo de deliberações a serem produzidas para o município, estado e União será definido em outro informe.

Recomenda-se que em todo o processo conferencial sejam usadas metodologias participativas, mais ativas e horizontais, de modo a propiciar a ampla participação das/os delegadas/os. Serão sugeridas em outro informe algumas alternativas de metodologias que podem ser adaptadas pelos municípios, como o uso de recursos lúdicos, audiovisuais, vinhetas etc.



I. – Informações Gerais sobre a Conferência Municipal de Assistência Social Nome do Município: *Nome completo do município por extenso.*

UF: *Unidade da federação a que pertence o município.*

Código IBGE: *Código Identificador segundo o IBGE.*

Porte do Município: *Porte conforme definidos na Política Nacional de Assistência Social (Pequeno I, Pequeno II, Médio, Grande, Metrópole).*

Identificação da Conferência: *Número sequencial da Conferência. (Considerado relevante para registrar quantas Conferências já foram realizadas no município).*

Data de Início: *Indicar o dia de início da Conferência, sem considerar os momentos preparatórios.*

Data de Término: *Indicar o dia de término da conferência.*

Total de horas de realização: *Indicar o quantitativo de horas total destinadas aos trabalhos da Conferência, considerando os dias de sua realização. Para este quantitativo não considerar os momentos preparatórios e não considerar os horários de intervalo para almoço durante a Conferência.*

Local de realização: *Indicar o endereço do local de realização da Conferência Municipal.*

Número total de participantes: *Registrar total de participantes presentes na Conferência independente do segmento, considerando aqueles que participaram da sua realização e atividades. É importante que os municípios registrem marcadores sociais dos participantes, de modo a possibilitar visibilidade quanto à sua diversidade. Para tanto, recomenda-se incluir na ficha de inscrição um campo para registro das informações que estão no item 11, a seguir.*

1	Nome do Município	
2	UF	
3	Código IBGE	
4	Porte do Município	
5	Identificação da Conferência	
6	Data de Início	
7	Data de término	
8	Total de horas de realização	
9	Local de realização	
10	Número total de participantes	

11

Subtotal -
Marcadores Sociais
dos Participantes

_____ total de pessoas negras (autodeclaradas pretas ou pardas);

_____ total de pessoas com deficiência;

_____ total de pessoas LGBTQIAPN+;

_____ total de pessoas idosas (mais de 60 anos);

_____ total de adolescentes (12 a 17 anos);

_____ total de jovens (18 a 29 anos);

_____ total de migrantes, refugiados e apátridas;

_____ total de atingidos por barragens; e

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs):

_____ total de indígenas;

_____ total de quilombolas;

_____ total de ciganos;

_____ total de extrativistas;

_____ total de pescadores artesanais;

_____ total de comunidades de terreiro;

_____ total de ribeirinhos;

_____ total de agricultores familiares;

_____ total de assentados;

_____ total de beneficiários do programa nacional de crédito
fundário;

_____ total de acampados;

_____ total de atingidos por empreendimentos de infraestrutura;

_____ total de famílias de presos do sistema carcerário;

_____ total de catadores de materiais recicláveis;

_____ total de pessoas em situação de rua.



Justificativa pelo eventual não preenchimento das vagas reservadas às cotas para delegadas/os e as providências/soluções encontradas



II. – Quantitativo de delegados da Conferência Municipal de Assistência Social por categoria: Informar o quantitativo de delegados participantes da Conferência Municipal representantes de cada um dos segmentos definidos na LOAS e percentuais de cotas, conforme Resolução CNAS nº 187/2025

Delegadas/os Eleitas/os				
Sociedade Civil	Número de delegadas/os eleitos por ampla concorrência	Nº de delegadas/os cotistas, conforme previsto na Resolução CNAS Nº 187/2025	Total de delegadas/os por segmento	Percentual correspondente às/aos delegadas/os cotistas (%)
Usuárias/os				
Trabalhadoras/es				
Entidades				
Governo				
Total de delegadas/os				

III. – Quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e a realização da Conferência Municipal de Assistência Social: Informar o quantitativo de pessoas envolvidas na organização do processo conferencial, considerando, as pessoas que se dedicaram à operacionalização dos eventos de mobilização e preparação e à organização e realização da Conferência, inclusive na relatoria.

Quantitativo	Caracterização
	Conselho (conselheiros e profissionais vinculados ao Conselho)
	Órgão gestor da Assistência Social (gestor e profissionais vinculados ao órgão gestor)
	Prestadores de serviço (empresas, profissionais contratados especificamente para esta finalidade)
	Entidade e organização da sociedade civil (associações, fundação, cooperativa etc.)
	Outros (especificar)



IV – Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência Municipal de Assistência Social

Indicar quantitativo de eventos de mobilização e preparação como: encontros preparatórios, palestras ou debates públicos, encontros com usuários e outras formas (especificar) que antecederam a Conferência Municipal. Para tanto, considerar:

- **Encontros Preparatórios:** encontros, reuniões e debates preparatórios nos territórios, envolvendo todos os segmentos e abordando o tema da Conferência;
- **Palestras e/ou Debates Públicos:** Encontros formativos para subsidiar a participação na Conferência Municipal;
- **Encontros Preparatórios com Usuários:** Encontro com usuários nos equipamentos da Assistência Social, no contexto de atendimento dos Serviços ou Programas, em espaços da rede socioassistencial privada, de movimentos sociais representantes dos usuários, etc. Visando o debate sobre o tema da Conferência, sobretudo, direitos socioassistenciais.

Quantitativo	Tipo de Eventos de Mobilização e Preparação
	Encontros Preparatórios
	Palestras ou Debates Públicos
	Encontros Preparatórios com Usuários
	Conferências Livres Nacionais
	Outras Formas (especificar)

V - Quantidade de pessoas que participaram dos Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência Municipal de Assistência Social

Indicar o total de participantes presentes nos eventos de mobilização e preparação, independente do segmento ao qual pertencem.

Indicar o total de participantes presentes nos eventos de mobilização e preparação, independente do segmento ao qual pertencem.



Tipo de Eventos de Mobilização e Preparação	Total de Participantes
Encontros Preparatórios	
Palestras ou Debates Públicos	
Encontros Preparatórios com Usuários	
Outras formas: (especificar)	

Indicar o total de presentes nas Conferências livres nacionais identificando o segmento ao qual o participante pertence, caso sua Conferência Municipal tenha ocorrido depois de alguma Conferência Livre. **(Verificar se está de acordo com a Resolução 187 e 188/2025) Listar todos os GTPEs sempre especificar a resolução**

Conferências Livres Nacionais	Total de Participantes
Identificar data e local:	
Entidades	
Trabalhadoras(es)	
Usuárias(os)	
Governamental	

VI - Ato de Convocação da Conferência Municipal de Assistência Social: Indicar qual a forma da convocação da Conferência Municipal e quais os responsáveis pela convocação. As mais comuns são: Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social; ato conjunto entre Conselho Municipal de Assistência Social e o Prefeito Municipal; e Decreto do Prefeito Municipal.



VII - Programação da Conferência Municipal de Assistência Social: registrar as atividades previstas e os respectivos horários.

AVALIAÇÃO PELAS(OS) PARTICIPANTES

Os participantes da Conferência Municipal de Assistência Social devem fazer avaliação quanto à/aos:

α. Organização da Conferência Municipal de Assistência Social. Registro do consolidado das avaliações preenchidas pelos participantes, contendo o quantitativo de avaliações em cada um dos itens de organização da Conferência, considerando as categorias: “ótimo”, “muito bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

Os participantes devem avaliar os seguintes itens referentes à organização da Conferência Municipal:

- **Mobilização e Preparação:** Atividades previamente realizadas para obter uma participação maior, mais representativa e mais qualificada na Conferência Municipal;
- **Local e infraestrutura:** Espaço físico e logística da organização da Conferência Municipal;
- **Acessibilidade:** Adequação do espaço físico, tecnologias assistivas, intérprete de libras, equipe de apoio e demais condições para a participação das pessoas com deficiência;
- **Programação:** Atividades e horários previstos para a Conferência Municipal;
- **Participação:** Envolvimento ativo dos delegados e demais presentes nas atividades realizadas, debates e na tomada de decisões da Conferência Municipal.



	Ótimo	Muito Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Mobilização e Preparação					
Local e infraestrutura (alimentação, transporte e hospedagem)					
Acessibilidade					
Programação					
Participação					

b. Conhecimentos agregados a partir da participação na Conferência Municipal de Assistência Social: Registro do consolidado das avaliações preenchidas pelos participantes, referente à percepção dos participantes sobre os conhecimentos agregados a partir da participação na Conferência Municipal no que diz respeito: ao Tema da Conferência e ao II Plano Decenal da Assistência Social.

Para esta avaliação deve-se indicar o quantitativo de participantes que avaliou cada um destes itens, considerando a gradação 0, 1, 2, 3, 4 e 5. Para tanto, considerar que 5 representa grau máximo de conhecimentos agregados e 0 indica que não agregou conhecimentos.

	5	4	3	2	1	0
Ampliação de conhecimentos sobre o Tema da Conferência						
Ampliação de conhecimentos sobre o II Plano Decenal Da Assistência Social						



AVALIAÇÃO PELAS(OS) CONSELHEIRAS(OS)

Os conselheiros devem avaliar:

a. Tema da Conferência e Eixos da Conferência (Relevância e Clareza), considerando as categorias: “ótimo”, “muito bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

Deve-se indicar no registro o quantitativo de conselheiros que classificou o tema da Conferência e os Eixos como, respectivamente: “ótimo”, “muito bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

Tema da Conferência: 20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência	Ótimo	Muito Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Eixo 1: Relevância e Clareza					
Eixo 2: Relevância e Clareza					
Eixo 3: Relevância e Clareza					
Eixo 4: Relevância e Clareza					
Eixo 5: Relevância e Clareza					

b. Trabalhos em Grupo para debate dos Eixos e definição das propostas de deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social, considerando as categorias: “ótimo”, “muito bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

Deve-se indicar no registro o quantitativo de conselheiros que classificou o trabalho em cada um dos grupos como “ótimo”, “muito bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

	Ótimo	Muito Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Trabalho em Grupo – Eixo 1					
Trabalho em Grupo – Eixo 2					
Trabalho em Grupo – Eixo 3					
Trabalho em Grupo – Eixo 4					
Trabalho em Grupo – Eixo 5					

c. Avaliação Final pelos Conselheiros Municipais de Assistência Social: *Utilizando os espaços “aspectos positivos”, “aspectos negativos” e “demais considerações”, registrar o resultado da discussão realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) depois de realizada a Conferência Municipal.*

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Demais considerações

d. Data: *identificar a data de finalização do registro da Conferência Municipal de Assistência Social.*

Data: / /

e. Assinatura dos/as responsáveis pelo preenchimento deste Registro: *Deverão assinar aqueles (as) que tiverem preenchido este registro.*

f. Assinatura do CMAS: *O registro deve ser validado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, devendo ser, portanto, assinado pelo mesmo.*



Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Expediente

Composição do CNAS – Gestão 2024/2026

Presidente: Edgilson Tavares de Araújo | **Vice-presidente:** Márcia de Carvalho Rocha

Conselheiras(os) Governamentais:

AMANDA SIMONE SILVA - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

ANDRÉ YOKOWO DOS SANTOS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

EDUARDO DALBOSCO - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

ELIAS DE SOUSA OLIVEIRA - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

EUTÁLIA BARBOSA RODRIGUES - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

GEOVANA PÁDUA GOBBO MARINOT - Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social - FONSEAS.

JAQUELINE LIMA - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

JOSÉ MIGUEL DA COSTA JÚNIOR - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

MALLON FRANCISCO FELIPE RODRIGUES DE ARAGÃO - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

MARCILIO MARQUESINI FERRARI - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

MARIA CAROLINA PEREIRA ALVES - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUSA - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

REGIS APARECIDO ANDRADE SPÍNDOLA - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

RICARDO DE SANTANA MARQUES - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS



SHIRLEY DE LIMA SAMICO - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

TÂNIA SOARES DE SOUZA - Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social - FONSEAS.

Conselheiras(os) da Sociedade Civil:

ALDENORA GOMES GONZALEZ - Instituto EcoVida

ALESSANDRO TIEZZI - Pia Sociedade de São Paulo

ANA LÚCIA SOARES - Associação Brasileira das/os Terapeutas Ocupacionais – ABRATO

ANDRÉIA FERNANDES TEIXEIRA - Federação Nacional das/os Psicólogas/os – FENAPSI

BETO PEREIRA - Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB

CATARINA DE SANTANA SILVA - Fundação Fé e Alegria do Brasil

EMILENE OLIVEIRA ARAÚJO - Sociedade Bíblica do Brasil

IRENE RODRIGUES DA SILVA - Confederação das/os Trabalhadoras/es no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT

ISMAEL UTINO TAVALONI - Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD

JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO - Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

KEURE CHAMSE AFONSO OLIVEIRA - Rede Cidadã

MÁRCIA DE CARVALHO ROCHA - Federação Nacional das Associações de Pais e Amigas/as das/os Excepcionais - FENAPAES

MARGARETH ALVES DALLARUVERA - Confederação Nacional das/os Trabalhadoras/es em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT

MARIA APARECIDA GUERRA VICENTE - Federação Nacional das/os Assistentes Sociais – FENAS

MARIA GONÇALVES DA CONCEIÇÃO - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens - ANAB

RAFAELLY MACHADO DA SILVA - Movimento Nacional de População de Rua – MNPR

SOLANGE BUENO - Fórum Nacional de Usuárias/os do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS

THIAGO SZOLNOKY DE BARBOSA FERREIRA CABRAL - Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA

Subcomissão Técnica Científica:

Conselheiras/os:

Aldenora Gomes González

Edgilson Tavares de Araújo

Regis Aparecido Andrade Spíndola



Colaboradoras/es:

Carlos Nambu

Denise Colin

Jucileide Nascimento

Luziele Tapajós

Maria Gonçalves da Conceição

Rosilene Rocha

Secretaria Executiva do CNAS:

Thais Pereira Braga – **Secretária Executiva**

Randriene Maia – Secretária Executiva Substituta e Coordenadora Técnica de Financiamento e Orçamento da Assistência Social

Maria Auxiliadora Pereira – Coordenadora Técnica de Política da Assistência Social

Maria Cristina Abreu Martins de Lima – Coordenadora Técnica de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social

Regina Sermoud – Chefe de Serviço/Coordenação de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda

Alex Santana de Araújo – Chefe de Projeto/Serviço de Apoio Operacional em Assuntos Administrativos e ao Colegiado

José Ranieri Clemente – Chefe de Serviço/Assessoria Técnica de Publicação

Maria das Mercês de Avelino Carvalho – Chefe de Projeto/Gabinete da Secretaria Executiva

Diagramação: Gabriel Cavalcanti

Conselho Nacional de Assistência Social

Esplanada dos Ministérios,
Bloco "F" Anexo, 1º andar, ala "A"
CEP 70059-900 - Brasília/DF

07 de março de 2025

